



31795422



08129.003811/2025-94



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Política sobre Drogas - Conad
2025**

Data: 23 de abril de 2025

Horário: 09h às 18h

Local: Presencialmente - Salão Modular IV, situado no Edifício
Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Esplanada dos
Ministérios, Brasília/DF.

Lista de presentes

SENAD	Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretária Ana Luiza Villela de Viana Bandeira, Chefe de Gabinete Bárbara Caballero, Diretora DPAGI Laís Gorski, coordenadora-geral da CGMAPP Nara Denilse de Araujo - Diretora DPRS Raphael Calazans - Coordenador-geral DPRS Gizele Geralda Garcia Feitoza - Coordenadora-geral Funad Angélica Comis, Consultora DPRS Fabiana Maziero, Consultora DPAGI Pedro Keese, Assessor Jurídico Senad
	Neli Maria Castro de Almeida (titular, Ministério da Saúde); João Mendes Lima Júnior (suplente, Ministério da

CONSELHEIROS

Saúde);

Gustavo Meira Carneiro (suplente, Ministério das relações Exteriores);

Naiara Batista Dourado (suplente, Ministério da Igualdade Racial);

Cejana Brasil Cirilo Passos (suplente, Agência Nacional de Vigilância Sanitária);

Erisson Lindoso (titular, Presidente da Comissão Interfederativa);

Christina Hajaj (suplente, Conselho Federal de Medicina);

Elaine Dias Vasconcelos (suplente, Conselho Federal de Serviço Social);

Ana Paula Freitas Guljor (titular, Associação Brasileira de Saúde Mental);

Michel Willian de Castro Marques (titular, Centro de Convivência É de Lei);

Rafael Silva West (suplente, Escola Livre de Redução de Danos);

Eduardo Ribeiro dos Santos (Iniciativa negra por uma Nova Política sobre Drogas);

Francisco de Abreu Franco Netto (titular, Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos);

Cecília Galicio Brandão (suplente, Rede Jurídica pela Reforma de Políticas Públicas);

Luana Silva Bastos Malheiro (titular, Rede Latinoamericana e do Caribe de Pessoas que Usam Drogas);

Luísa Gonçalves Saad (suplente, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas);

Francisco Cordeiro (suplente, Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas);

Aos 23 dias do mês de abril do ano de 2025, às 9 horas, na modalidade presencial, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), sob a condução da Sra. Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), passando a apresentar os pontos de pauta, a saber:

1. **Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2025;**
2. **Informes Gerais da Senad;**
3. **Apresentação dos Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS);**
4. **Andamento das Consultas Públicas para o Novo Planad;**
5. **Informes da Comissão de Políticas sobre Drogas;**
6. **Informes do GT de Atenção e Cuidado;**
7. **Informes da Comissão de Orçamento e Finanças;**
8. **Encerramento da Reunião.**

Dando seguimento aos trabalhos, Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, saudou os presentes e declarou: com base no Artigo 6o, parágrafo 1o do Decreto 11.480 de 2023, declaro instalada a 1a reunião ordinária de 2025 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), diante do quórum de 19 conselheiros/as, compondo maioria dos membros, representantes de órgãos do Estado e da sociedade civil. **O quórum foi atingido às 09h55min. Sra. Marta Machado passou a palavra para Sra. Ana Luiza Bandeira.** Dando seguimento, Sra. Ana Luiza Bandeira propôs a aprovação dos pontos de pauta e a Ata da 1ª Reunião Extraordinária ocorrida no dia 27 de fevereiro de 2025. **Aprovada a pauta sem alterações. Aprovada a Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conad sem alterações.** **2. Informes Senad:** A Sra. Ana Luiza Bandeira iniciou os informes da Senad, informando sobre o recebimento de duas petições por meio de e-mail. A primeira, do dia 22 de abril

de 2025, apresenta uma petição assinada pelo Sr. Henrique Ressel, procurador da Igreja Nativa Americana do Fogo Sagrado de Itzachilatahn, com o objetivo de solicitar a autorização do Conad para uso estritamente ritualístico e religioso do cacto Peiote (*Lophophora williamsii*) e garantir o mesmo tratamento dado aos casos análogos ao uso ritualístico e religioso da Ayahuasca (Resolução Conad n. 1, de 25 de janeiro de 2010). A segunda petição foi recebida no dia 23 de março de 2025, do Instituto Arandu, solicitando o direito de consagrar a Cannabis para fins religiosos. Requer, ainda, a determinação do início de procedimento administrativo no âmbito do Conad, com o objetivo de criar um marco legal norteador do uso de Cannabis para fins religiosos. Sra. Ana Luiza Bandeira informou que a Secretaria Executiva do Conad providenciará o envio do inteiro teor das referidas petições aos Conselheiros. Também solicitou aos presentes que petições e pedidos de pauta sejam encaminhados com tempo hábil para que a Secretaria Executiva possa circular para os Conselheiros os pedidos e conteúdo. O Conselheiro Francisco Cordeiro (PBPD) solicitou que o material seja enviado para Comissão de Normas do Conad, para possíveis providências. Dando prosseguimento, Sra. Ana Luiza Bandeira passou a palavra para a Sra. Nara Araújo (DPRS/Senad) para apresentação do projeto do Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS). **3. Apresentação CAIS:** Sra. Nara Araújo (DPRS/Senad) iniciou uma fala introdutória a respeito do CAIS e passou a palavra ao Sr. Raphael Calazans (DPRS/Senad) que iniciou a apresentação preparada para os presentes, destacando os fundamentos do projeto. Em seguida, Sr. Raphael Calazans (DPRS/Senad) passou a palavra para o Sr. Pedro Keese (Gab/Senad), assessor jurídico da Senad, que fez uma fala sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do porte de drogas e suas implicações jurídicas. Além da questão jurídica, destacou o reflexo da decisão nos paradigmas e construção de políticas públicas sobre drogas no Brasil. Comentou sobre os fluxos de trabalho que estão sendo construídos com o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), Ministério da Saúde (MS) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Sr. Pedro Keese (Gab/Senad) passou a palavra para a Sra. Nara Araújo (DPRS/Senad) para apresentar o ponto relacionado à governança. Sra. Nara Araújo (DPRS/Senad) informou que está ocorrendo um diálogo intenso com o CNJ para desenvolvimento dos fluxos de trabalho determinados na decisão do STF, objetivando a implementação de uma estrutura de governança com todos os órgãos envolvidos. Na sequência, a Sra. Angelica Comis (DPRS/Senad) falou a respeito da implementação dos

CAIS, elencando a estrutura de trabalho e a importância do trabalho em rede, além de equipe técnica, incluindo equipe multidisciplinar, com educador jurídico e assistentes sociais. Comentou a expansão do CAIS pelo território, com investimento de 168 milhões de reais em 102 municipalidades das regiões metropolitanas, com cobertura de 58% da população. Mencionou a possibilidade de atendimento virtual para ampliar a cobertura no território brasileiro. Conselheira Cecilia Galício (Rede Reforma) pediu a palavra para tecer comentários e tirar dúvidas a respeito dos cursos educativos e resposta do CNJ mencionados na decisão do STF. A Sra. Marta Machado (Senad) informou que a apresentação foi feita para abrir o debate e colher sugestões do Conad, informou que o CNJ ainda não encaminhou retorno a respeito do cumprimento das sanções previstas na decisão sobre as pessoas encarceradas, que o trabalho está em curso. Com relação aos cursos educacionais, informou que poderão ser feitas nos CAIS. Sr. Raphael Calazans (DPRS/Senad) pediu a palavra para informar sobre a construção dos dados e avaliação que almeja na implementação dos CAIS. Sra. Nara Araújo (DPRS/Senad) pediu a palavra para informar que há discussões, estruturações sobre a ampliação da prevenção e aumento do escopo. Sr. Pedro Keese (Gab/Senad) informou sobre os mutirões do CNJ e a dificuldade da identificação dos casos que envolvem cannabis, que o CNJ está levantando os dados, mas ainda sem resultados concretos sobre o tema. Sra. Marta Machado (Senad) informou sobre a realização de uma oficina para discutir a metodologia do CAIS, no final de maio, e convidou o GT de Atenção e Cuidados do Conad para comparecer ao evento. Conselheiro Rafael West (Escola Livre) pediu a palavra para comentar a importância das equipes qualificadas do CAIS e o tema da decisão do STF. Conselheiro Francisco Cordeiro (PBPD) parabenizou a iniciativa do CAIS, comentando os desafios, perguntou a respeito da expansão dos CAIS e das ferramentas de avaliação do programa. Conselheira Ana Paula Guljor (Abrasme) pediu a palavra parabenizando a iniciativa, mencionando as barreiras de acesso como um dos maiores desafios dentro das redes de cuidado, comentou sobre a recepção dos usuários nos CAIS e a relação com a educação de direitos e cidadania, mencionando o programa "Tem Sentimento" de São Paulo. Finalizou comentando a dificuldade da comunicação com o judiciário a respeito das políticas sobre drogas e suas implicações cotidianas e a necessidade de posição contundente a respeito do tema pelos Ministérios envolvidos. Sra. Marta Machado (Senad) respondeu aos Conselheiros as questões levantadas.,

mencionando o papel do judiciário e das forças policiais nos processos de encarceramento relacionados à decisão do STF. Informou parceria com a USP para o desenvolvimento de estratégia de monitoramento por indicadores e implementação de sistema, metodologia e capacitações para as equipes dos CAIS. Sra. Nara Araújo (DPRS/Senad) informou parceria com o CNJ para criação de um manual de parâmetros para aplicação da Lei de Drogas, como instrumento de orientação para o judiciário. Sra. Angélica Comis (DPRS/Senad) informou que haverá diferentes formas de atuação dos CAIS, no sentido de respeito às diversidades regionais. Seguindo, o Conselheiro Michel Marques (É de Lei) falou sobre a possibilidade de teleatendimento nas redes e comentou a importância de criação de modelos para atendimentos, além de critérios (via documento orientador) para atendimentos nos CAIS. Conselheira Luiza Saad (Renfa) comentou a decisão do STF e trouxe reflexões sobre os desdobramentos da decisão do STF e seus desafios. Além de comentar a importância da promoção da saúde como conteúdo no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid). Dando seguimento, o Conselheiro Francisco de Abreu Netto (Reduc) pediu a palavra para trazer considerações a respeito da integração da rede e reflexões a respeito do CAIS e a abordagem sobre outras drogas, além da cannabis. Mencionou a importância de metodologia e diretrizes que norteiem o CAIS. Sra. Angélica Comis (DPRS/Senad) pediu a palavra para informar que está produzindo uma "Nota Referencial" a respeito do CAIS, que será compartilhada com o Conad o mais breve possível. Sra. Nara Araújo (DPRS/Senad) pediu a palavra para mostrar algumas iniciativas para estabelecimento de critérios de atendimento do CAIS, como no caso da UFBA. Sra. Bárbara Caballero (DPAGI/Senad) pediu a palavra para informar que o Obid está constantemente em construção e que ainda haverá dados a serem inseridos, tratando-se de um trabalho contínuo. Conselheira Luisa Saad (Renfa) pediu a palavra para reforçar a ampliação de dados sobre promoção de saúde no Obid. Dando sequência, Sr. Raphael Calazans (DPRS/Senad) trouxe reflexões a respeito do Obid e sua interface com a segurança pública e judiciário, além de comentar a importância da questão cultural no Observatório. Conselheiro Eduardo Ribeiro dos Santos (Iniciativa Negra) pediu a palavra comentar o critério populacional para implementação dos CAIS, levando em consideração os territórios com redes mais precarizadas como um critério para implementação. Conselheiro João Mendes Lima Júnior (MS) comentou que a proposta do CAIS está em

desenvolvimento, além de externar preocupação sobre o deslocamento da esfera penal para a esfera de saúde dos usuários de drogas e o sobrecarregamento dos serviços de saúde. Entende que deve ser avaliado o deslocamento mencionado, com implementação de critérios e diretrizes. Fez comentários sobre recursos digitais no atendimento na rede de saúde. **4. Andamento Consultas Públicas para o Novo Planad:** A Sra. Bárbara Caballero (DPAGI/Senad) iniciou os informes relativos às consultas públicas do novo Planad, informando as modalidades das consultas: presenciais, temáticas livres, virtuais e interinstitucionais. Informou que a consulta virtual segue aberta até 15 de maio de 2025, com 340 contribuições até o momento. Informou que a maior porcentagem está na proposta de "novo eixo", com aumento significativo de contribuições nas últimas semanas. O calendário das consultas presenciais foi apresentado. A Conselheira Estadual do Estado do Pará, Sra. Renata Hage, foi convidada para uma fala e convidou todos os presentes para a consulta presencial da região Norte, que acontecerá no dia 7 de maio de 2025, na cidade de Belém/PA. Sra. Bárbara Caballero (DPAGI/Senad) informou que está sendo confeccionado um documento com orientações a respeito das consultas temáticas livres, auto-organizadas pela sociedade civil. Conselheiro Michel Marques pediu a palavra para ressaltar sobre a importância das consultas temáticas livres e fez uma sugestão a respeito do novo eixo. Pediu aos presentes que informem quais Conselheiros irão para as consultas presenciais nas regiões. Debateram o tema do Planad o Conselheiro Rony Anderson Rezende (SBTox) e o representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Sr. Diego Mantoveli do Monte. A Sra. Ana Luiza Bandeira (Gab/Senad) informou o intervalo para almoço e o retorno dos trabalhos às 14h.

INTERVALO

Dando seguimento aos trabalhos, a Sra. Bárbara Caballero retomou os pontos de pauta. **5. Informes da Comissão política sobre Drogas:** Conselheiro Michel Marques (É de Lei) informou sobre a missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) em São Paulo, mencionando com preocupação os fatos ocorridos na cidade de São Paulo, ressaltando as forças políticas envolvidas, os desafios enfrentados pela sociedade civil na chamada "cena de uso" da cidade e informando que a atuação da sociedade civil tem sido sufocada por ações políticas ocorridas localmente. O Conselheiro Francisco Cordeiro (PBPD) pediu a palavra para debater o tema. O segundo informe

apresentado diz respeito a uma nota técnica conjunta das organizações Reduc e É de Lei, sobre redução de danos. Tal nota técnica, no entendimento do Conselheiro Michel Marques (É de Lei), tem o objetivo de subsidiar a confecção de uma Resolução do Conad sobre o tema para futura apresentação ao plenário. **6. Informes do GT de Atenção e Cuidado:** Conselheiro Rafael West (Escola Livre) informou que há uma consultora contratada pela Senad trabalhando no documento sobre as diretrizes de Atenção e Cuidado na política sobre drogas, envolvendo SUS e SUAS. A publicação será enviada ao plenário do Conad quando for concluída, com o nome provisório: "Diretrizes Brasileiras de Direitos Humanos na Política sobre Drogas". Debateram o tema Sra. Nara Araújo (DPRS) e Conselheiro Erisson Lindoso (Ceped/MA). **7. Informes da Comissão de Orçamento e Finanças:** Conselheiro Rony Costa (SBTox) iniciou sua fala informando que a Comissão de Orçamento retomou os trabalhos e efetuou pedido de indicação de mais membros do Governo na comissão para apoiar em ações que possam evitar novos contingenciamentos no Fundo Nacional de Drogas (Funad). Apontou a necessidade de estabelecimento de atribuições e competências das comissões do Conad. Mencionou o problema do contingenciamento do Fundo, suas implicações negativas no desenvolvimento da política sobre drogas no país e da implementação da decisão do STF. Solicitou maior participação da referida comissão na gestão do Funad. Os conselheiros Erisson Lindoso (Ceped/MA), Francisco Cordeiro (PBPD), Cecília Galício (Rede Reforma), Cristina Hajaj Gonzalez (CFM) e Sra. Marta Machado (Senad), além da Sra. Ana Luiza Bandeira (Gab/Senad), debateram o tema. **Encerrada a pauta da reunião.** Os presentes utilizaram o tempo para trazer informações a respeito de suas atuações nos territórios e fizeram convites aos presentes de ações em seus Estados. Os presentes parabenizaram a atuação da servidora da DPAGI/Senad Cida Alves na emissão das passagens dos Conselheiros na 1ª Reunião Ordinária do Conad. **8. Decisões:** **i)** Conselheiros que irão representar o Conad nas consultas públicas presenciais do novo Planad: **Norte:** Michel Marques (É de Lei) e Diogo Busse (SBPC); **Centro-Oeste:** Michel Marques (É de Lei), Erisson Lindoso (Cped/MA) e Luisa Saad (Renfa); **Nordeste:** Michel Marques (É de Lei) e Cecília Galício (Rede Reforma); **Sudeste:** Michel Marques (É de Lei), Erisson Lindoso (Ceped/MA) e Luisa Saad (Renfa); **Sul:** Michel Marques (É de Lei), Rony Costa (SBTox) e Eduardo Ribeiro (Iniciativa Negra); **ii)** A discussão do uso ritualístico e religioso de substâncias será tocada pela Comissão de Políticas sobre

Drogas. **8. Encerramento da Reunião. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Marta Rodriguez (Senad) deu por encerrada a reunião às 16h50min.**



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 06/02/2026, às 19:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31795422** e o código CRC **1D5B7704**. O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº
08129.003811/2025-94

SEI nº 31795422